

LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS

O MERCADO NÃO TEM O PODER DE MUDAR O RESULTADO DE UMA ELEIÇÃO, MAS PODE FAZER COM QUE UMA ADMINISTRAÇÃO DÊ CERTO OU DÊ ERRADO

Armando Mendes e José Negreiros

Da equipe do Correio

São Paulo — O PT não vai convencer jamais o mercado de que mudou sua natureza, mas pode mostrar que entende a gravidade da crise financeira em que o Brasil está metido. Para isso, ao mesmo tempo em que reafirma seu programa, precisa garantir que está disposto a adiar o cumprimento de algumas metas enquanto conserta as contas externas do país

num período de transição de até dois anos.

A receita é do ex-ministro das Comunicações e ex-presidente do BNDES Luiz Carlos Mendonça de Barros, um crítico persistente das escolhas econômicas feitas pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e sua equipe. Para o economista de 59 anos, não é exato dizer que o mercado financeiro anda turbulento porque tem medo de uma vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, o candidato do PT, nas eleições presidenciais (como dizem o go-

verno americano, o Fundo Monetário Internacional é muita gente aqui e lá fora).

O medo de Lula existe, ele afirma, mas a razão principal da crise é outra: é a dependência do Brasil dos investidores estrangeiros que nos financiam e que reduzem o limite de crédito do país em momentos de incerteza.

Uma situação que Mendonça de Barros debita às políticas adotadas pelo governo

Fernando Henrique por inspiração do grupo de economistas reunidos em torno de Malan.

O candidato tucano José Serra mudaria algumas dessas políticas, acredita ele. Mas a fragilidade externa da economia brasileira, que tranquiliza o mercado financeiro, vai limitar a liberdade do próximo presidente para fazer mudanças, seja ele quem for. E o mercado tem de ser levado em conta, adverte Mendonça: ele não pode forçar ou impedir a eleição de um candidato, mas pode desestabilizar um governo.

A crise é real, e não eleitoral

CORREIO BRAZILIENSE — Por que o mercado está tão nervoso?

LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS — O mercado está nervoso por uma razão econômica: a percepção, hoje muito clara, de que o volume de recursos em moeda estrangeira de que o Brasil precisa para poder financiar a rolagem da sua dívida externa e seu déficit em transações correntes é maior do que o que temos condições de captar, em momentos de menor confiança no país. Essa é a razão básica.

CORREIO — O senhor discorda, então, de quem diz que o motivo é político, é o receio de que o candidato do PT vença as eleições de outubro?

MENDONÇA DE BARROS — O problema é que, constatado isso — que o Brasil tem um limite de crédito no mercado menor do que suas necessidades, quando o céu não é de brigadeiro — se você adiciona a possibilidade de ter um presidente da República visto com muita desconfiança pelo mercado em função do histórico do partido, do histórico do candidato, do discurso contraditório e às vezes conflitante das principais lideranças, esta insegurança financeira se agudiza.

CORREIO — O mercado está agitado hoje (sexta-feira) porque uma pesquisa estaria para mostrar o candidato Ciro Gomes empatado com Serra. De quem o mercado tem mais medo?

MENDONÇA DE BARROS — O Ciro é visto hoje talvez com uma desconfiança até maior do que a do Lula, porque o PT mostrou que pelo menos uma parte do partido e de seus economistas têm uma visão mais clara da economia brasileira. O Ciro é visto como uma pessoa voluntarista, sem apoio partidário significativo, uma pessoa que tem um discurso basicamente voltado para a questão eleitoral, sem consistência, sem uma análise.... Mas é importante entender que a crise não é por causa das eleições. A crise é por causa da fragilidade externa.

CORREIO — Essa fragilidade justifica que os juros cobrados

pelos investidores para comprar papéis brasileiros sejam maiores do que os da Colômbia ou o da Nigéria?

MENDONÇA DE BARROS — É evidente que aí há uma armadilha de entendimento. Por que? Porque nesses momentos de pânico o mercado financeiro deixa de funcionar na sua racionalidade. Os economistas dizem que o mercado entra num período de disfuncionalidade. Todos aqueles instrumentos que dão ao mercado uma consistência racional na maioria do tempo, nesses momentos, deixam de existir. O mercado deixa de refletir racionalmente as expectativas dos investidores. Os grandes operadores do mercado se retraem, param, porque não há o que fazer. Como os grandes se retraem, o mercado fica na mão de poucos *players*, e de *players* muito pequenos, que acabam impondo o seu valor especulativo. É a imprensa entra nessa maré de medir quase de meia em meia hora o risco-Brasil.... É evidente que não é assim que se deve olhar as coisas, que nenhum investidor que queira vir para a América Latina vai escolher a Colômbia. Até porque, mesmo com todos os riscos, nós estamos falando, no caso brasileiro, de um sistema político que funciona, é institucionalizado, todos os seus mecanismos de defesa e de controle estão funcionando. Enquanto lá, estamos falando de um país que está à beira de um colapso do sistema político.

CORREIO — O governo tem algum instrumento para tentar trazer esses mercados de volta à racionalidade, além do que o Banco Central já tem feito?

MENDONÇA DE BARROS — Não, não tem, simplesmente porque esse governo se esgota no dia 31 de dezembro. É evidente que o governo está procurando, de alguma forma, sensibilizar os partidos da oposição para entenderem essa fragilidade. Os partidos de oposição têm reagido a isso como se fosse uma chantagem, dizendo que eles não são responsáveis por isso. Mas esquecem que eles vão herdar essa fragilidade. Não é porque mudou o calendário civil no dia primeiro de janeiro e alguém tomou posse que



PARA MENDONÇA, FRAGILIDADE ECONÔMICA LIMITARÁ LIBERDADE DO PRÓXIMO PRESIDENTE PARA MUDANÇAS

essa situação de fragilidade externa, de receio, vai acabar.

CORREIO — E o que os partidos de oposição podem fazer?

MENDONÇA DE BARROS — No caso do PT, existem já sinais de que eles estão começando a entender que vão ter de conviver com um período talvez de dois anos de transição. E que, nesse período de transição, a liberdade que eles vão ter de mudar a política econômica vai ser muito menor do que estão pensando. Eu espero que o grupo que tem essa visão se torne majoritário, porque se não, se o PT assumir o governo desconhecendo a crise que estamos vivendo — que é uma crise séria, de dólar — nós sabemos que se entrarmos numa crise cambial, a recessão vai ser brutal. Essa é a dificuldade que assusta o mercado.

CORREIO — É por isso que o mercado desconfia da conversão declarada de Lula e do PT aos princípios de conservadorismo fiscal?

MENDONÇA DE BARROS — O mercado diz o seguinte: o PT não vai mudar. Se o PT fizer um discurso conservador, eu não acredito porque ele não terá condições de exercer esse discurso. A sua natureza, as suas bases não vão permitir. Então não adianta o PT ter uma postura de *eu mudei*, o mercado não vai acreditar.

CORREIO — Então o que o mercado quer?

MENDONÇA DE BARROS —

No meu entendimento, o mercado quer que o PT reafirme os princípios de seu governo — de desenvolvimento, de distribuição de renda — mas reconheça que assumirá o poder, se ganhar as eleições, no meio de uma crise que vai exigir dele a postecipação e a redução dos principais objetivos de política econômica que ele tem, para permitir pelo menos uma certa estabilização no financiamento da nossa balança de pagamentos. O PT terá de fazer um discurso que não é fácil: um discurso em que reafirme sua natureza, porque isso é o que lhe dá credibilidade, mas também mostre ser politicamente responsável e diga bem claro que está preparando para adotar medidas bastante duras. Inclusive, se for o caso, um programa com o Fundo Monetário que cubra pelo menos uns dois anos do próximo governo. E está fazendo isso em defesa do seu programa, em defesa do que ele entende ser o melhor para o brasileiro, mas reconhecendo que herdou uma crise da qual ele é refém.

CORREIO — É possível ter uma idéia de como o PT se comportaria em relação a políticas macroeconômicas como o sistema de metas de inflação?

MENDONÇA DE BARROS — Olha, o PT foi muito explícito no sentido de manter princípios de austeridade fiscal e respeito a contratos. Eu não acredito que o Lula tenha condições de dizer *ah, errei e não vou fazer*. Não numa sociedade como a brasileira, que

é bem informada, com uma imprensa que informa e depois cobra. Eu acho que ele assumiu um compromisso e vai levar adiante.

CORREIO — Na sua opinião, como o candidato Serra enfrentaria essas restrições?

MENDONÇA DE BARROS — É evidente que o Serra teria um caminho muito mais fácil do que o caminho do Lula. Na crise externa ele tem uma credibilidade institucional — o que o Serra sempre defendeu é aquilo que o mercado internacional, com algumas divergências, pensa ser o correto. Por outro lado, tem uma aliança política muito mais ampla do que a do PT. Então, na busca de governabilidade, ele também tem um caminho muito mais fácil. Embora o Serra também vá herdar um pedaço dessa crise, também vá ter de reduzir suas promessas, seus objetivos.

CORREIO — Mas as metas de um eventual governo Serra ainda estão muito vagas. Com seu conhecimento do governo e do partido, o que mudaria em relação ao governo Fernando Henrique?

MENDONÇA DE BARROS — O Serra evidentemente tem uma leitura diferente da do Fernando Henrique de como deve funcionar a economia brasileira. É bom lembrar que o Serra fazia parte de um grupo de economistas que, no primeiro mandato, sempre se expressou como oposição a uma parte da política econômica, principalmente aquela que lida com a fragilidade externa. O gru-

po do Malan, que foi hegemônico nesses oito anos, nunca considerou isso um problema — tema famosa frase do Gustavo Franco, que pra ele dólar e banana é a mesma coisa, se o Brasil precisar de mais dólar ele só tem de pagar um pouco mais caro que os dólares virão. Então, o Serra assumirá o governo claramente com uma meta de redução expressiva dessa fragilidade. E, do jeito que funcionam os mercados, se ele tiver credibilidade, mesmo que leve quatro anos para chegar a um déficit de conta corrente da ordem de 2% do PIB, que é o que ele tem falado, tudo se passa desde o começo como se isso já tivesse sido alcançado.

CORREIO — Haveria outras?

MENDONÇA DE BARROS — A grande mudança será essa, mas ela implica em outras. A maior delas é que o Serra é um sujeito que olha a produção, que olha o sistema produtivo, enquanto que a equipe do Malan não olha o sistema produtivo. Eles entendem que a função do governo é cuidar da parte fiscal, da parte monetária, e o resto o mercado faz. O Serra sabe que isso não funciona. Então haverá a volta de uma política mais ativa de interferência do governo na reestruturação do nosso sistema produtivo, basicamente com estímulos à exportação e certamente com restrições às importações em alguns segmentos em que nós precisamos aumentar a nossa capacidade produtiva. Porque o grande problema do Brasil hoje é reduzir o coeficiente de importação. Com o coeficiente de importação que nós temos hoje, você tem de correr três quilômetros para andar seiscentos metros. Porque na medida em que você aumenta as exportações, as importações também aumentam... O Serra vai tentar diminuir isso, pelo menos para correr três quilômetros e avançar um quilômetro e meio, já melhora.

CORREIO — O investidor George Soros disse a Clóvis Rossi, da *Folha de S. Paulo*, que o mercado financeiro vai forçar a piora da situação brasileira como forma de impor a eleição de Serra. O mercado tem esse poder?

MENDONÇA DE BARROS — Não, o mercado não tem esse poder. Ele não tem o poder de mudar o resultado de uma eleição, mas tem o poder, no Brasil, de fazer com que uma administração dê certo ou dê errado. Em outras palavras: o mercado não é soberano, não é o grande eleitor, mas ele tem de ser considerado. Ele determina as condições em que o eleito vai governar. Portanto, se isso é verdade, quem for eleito tem que levar em conta o mercado. Não adianta dizer que o mercado é um bando de ignorantes. Isso é uma posição absolutamente errada. Na minha leitura, o mercado não é soberano, mas ele é capaz de desequilibrar ou desestabilizar, do ponto de vista da gestão econômica, um governo que o agrida, não o considere, ou procure, o que é pior, enfrentá-lo como se fosse uma batalha ideológica.